



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA

Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão

Aos 16 dias do mês de maio de 2012, foi realizada a 3ª Reunião Extraordinária do Consema no auditório do IBAMA-MA. As 14:00 horas, a Secretária Executiva Ana Cristina Fontoura deu início a reunião, lendo a ordem do dia, com abertura da reunião, leitura e aprovação da ata da reunião anterior, apresentação do EIA RIMA da Fabrica de Pelets da Suzano Energia Renovável, criação da Câmara Técnica, por força de Lei Complementar nº 140/2011, e vai definir a tipologia do licenciamento dado pelos municípios, depois assunto de ordem geral e pronunciamentos dos conselheiros.

Ana Cristina colocou para votação a leitura e aprovação da Ata anterior, com maioria dos votos fez/se a leitura da ata da reunião do dia 17 de abril de 2012, a qual foi aprovada pela maioria. De acordo com a ordem do dia, passou a palavra ao Sr. Flávio responsável pela área de Relações Institucionais e Governamentais da Suzano Energia Renovável, empresa subsidiada da Suzano Papel e Celulose.

Ele agradeceu a presença de todos e falou que solicitou a SEMA o espaço na reunião no Conselho, para apresentar o EIA RIMA da fábrica de Pelets, e apresentou a equipe.

O Sr. João Carlos iniciou a apresentação da fábrica da Suzano, e falou sobre a parte institucional da empresa e explicou o processo de fabricação dos Pelets, feitos de madeira desidratada.

O conselheiro Luis, perguntou sobre a logística de transporte dessa madeira até o porto; o Sr. João respondeu dizendo que as árvores são plantadas e retiradas no entorno da fábrica, e o transporte é feito por caminhões da floresta, até o porto do Itaqui.

A Conselheira Irene, falou sobre sua preocupação com a região de serrado na área de Urbano Santos, Santa Quitéria e Anapurus; pois existe muito bacuri, mangaba, e outras árvores frutíferas e o povo da região se alimenta desses frutos e agora existe uma grande

concentração de eucalipto, que é uma árvore que não produz frutos, e a maioria dessa população não será inserida no processo de produção por não possuir qualificação para o mesmo; continuou perguntando o que a Suzano vai fazer em relação a essas famílias?

O Representante Flávia da Suzano falou que a empresa tem essa preocupação, pois verificou que, principalmente o bacuri, é uma fruta que tem um valor econômico grande, e criou um projeto chamado Extrativismo Sustentável, onde são identificadas as famílias que fazem uso do piqui e do bacuri, babaçu e mangaba, e visa identificar essas áreas na propriedade da empresa, estabelecer um canal de acesso, como um mecanismo de segurança, inclusive de educação ambiental, evitando queima, para que eles possam continuar tendo acesso a extração, o projeto está sendo realizado na regional de Timon e Urbano Santos.

A Conselheira Irene perguntou ainda se a empresa tem algum projeto de reflorestamento ou de viveiro de mudas que poderia ser visitado pelos conselheiros.

A Sra. Flávia falou que existe um projeto de reflorestamento que está sendo concluído e posteriormente enviará para o conhecimento dos Conselheiros.

O Conselheiro Ricardo Moysés, perguntou quanto a localização do empreendimento, e o tamanho da área de plantio; o Sr. João respondeu: 12 mil hectares.

A Conselheira Telma Vinhas, perguntou, qual a quantidade da carga que será transportada diariamente e o impacto que isso causará ao sistema viário.

O Sr. João falou que serão 2 milhões de toneladas por dia, e o impacto será o mínimo possível.

O Conselheiro Fábio Pierre, perguntou se a técnica que é utilizada para a fabricação de pelets, é a mesma utilizada para fabricação de papel e celulose.

O Sr. João respondeu que é outro tipo de produção, e técnica conforme ele já havia explicado na apresentação, no processo da fabricação da celulose o poder calorífico é maior do que na fabricação de pelets.

O Conselheiro José Hélio perguntou se a propriedade da Suzano fica próxima a áreas de APP's. A Sra. Flávia respondeu que todo processo é analisado, onde são verificadas áreas de recursos hídricos, e outras áreas importantes ambientalmente, e todas essas áreas são mantidas, dentro do critério legal de conservação.

Dando continuidade as apresentações, o Sr. Pieter, representante da empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda., responsável pela elaboração do EIA RIMA.

A Conselheira Irene, perguntou como está sendo feita a Compensação Ambiental pela Empresa.

O Sr. Pieter falou que a compensação ambiental só será feita na área da floresta, na área onde está construída a fábrica, não existia mais mata nativa, mas isso quem determina é a SEMA, depois que a construção estiver licenciada, assim como o valor a ser pago.

O conselheiro Gilvan fez algumas considerações a respeito das apresentações, primeiramente falou que deveria ter existido um esforço por parte da Suzano e da SEMA para que os Conselheiros estivessem presentes na audiência pública realizada na região onde vai ser instalada a fábrica, para que pudessem ouvir tanto a empresa quanto a população local, falou também que participou da audiência pública, e elogio dizendo que foi muito rica em dados técnicos. Completou falando que na ocasião, ele pôde verificar que 70% das falas dos presentes eram sobre a parte florestal, e conflitos agrários na região, que a empresa teria expulsado pessoas da comunidade, continuou dizendo que para a empresa deve ser fácil separar a parte industrial da parte florestal, mas para a comunidade não é tão fácil quanto parece, pois essas famílias já estão sendo impactadas pelo projeto. Concluiu perguntando também sobre a geração de empregos para a população da região e por fim, a respeito de uma liminar no município de Urbano Santos..

A Sra. Flávia da Suzano respondeu, em relação a questão de conflitos agrários, que a Suzano adquiriu legalmente as terras onde vai ser implantada a fábrica, e está sendo montado um grupo de trabalho junto ao INCRA e ao ITERMA, para que possam estar resolvendo esses problemas fundiários, e garantiu ao Conselheiro que indagou sobre o assunto, que a Suzano não expulsou nenhuma pessoa da comunidade, aconteceu que 01 (uma) família, entrou em uma área da empresa, e está instaurado um processo jurídico para que essa família se retire da área, quanto a liminar do município de Urbano Santos, que foi dada pela Justiça Federal, o processo deu ganho de liminar para a Suzano e o ministério publico recorreu, o tribunal federal deu ganho para o Ministério Público e a Suzano está recorrendo novamente.

O Sr. João, representante da Suzano, falou que a respeito da geração de empregos, os efetivos são de 250, previstos, e os indiretos serão de mais hum mil empregos previstos.

O Conselheiro José Hélio, perguntou se na região tem presença de babaçu.

O Sr. João falou que na região tinha presença de soja, e das outras arvores frutíferas já citadas.

O Conselheiro Ricardo Moysés, perguntou se houve algum estudo sobre o impacto de

para definição da tipologia que será utilizado no licenciamento pelos municípios em função da lei complementar 140 / 2011. e passou a palavra para o Secretário adjunto da SEMA e Vice presidente do CONSEMA, José Jânio.

O Vice-presidente José Jânio, falou que até o início do ano de 2011, o estado tinha 4 municípios que faziam licenciamento, São Luis, São Jose de Ribamar, pedreiras e Icatu, o secretario Carlos Victor entrou na SEMA, foram descentralizados mais 5 municípios, e o critério adotado foram municípios acima de 80 mil habitantes, porque são municípios que tem o FPM maior e por consequência, teriam mais condições de contratar profissionais qualificados para análise e emissão dessas licenças, então foram assinados termos com Imperatriz, Açailândia, Timon, Codó e Balsas; hoje no total temos 9 municípios que fazem licenciamento, mas não é todo empreendimento que eles podem licenciar, apenas aquelas atividades que o impacto é estritamente local; contudo, quando veio a liminar no ano de 2011, a n 140/2011, ela passou essa atribuição de licenciamento aos municípios, e segundo o texto, é o CONSEMA quem define qual a tipologia que o município pode licenciar. A ideia é fazermos termos de controle, para saber quem são os municípios que estão licenciando e quais são a atividades. Então vamos criar essa Câmara Técnica para definir e depois trazer para plenária essas atividades, para serem aprovadas, contudo, não será qualquer município que poderá licenciar, para que ele possa licenciar, ele deve possuir uma secretaria de meio ambiente, o fundo municipal de meio ambiente e o conselho municipal de meio ambiente, mas caso o município, mesmo tendo esses instrumentos , ainda assim não queira licenciar, a secretaria de estado continua fazendo o licenciamento por ele. O objetivo disso é desafogar a SEMA, que até na semana passada contabilizou dois mil e cem processos de licenciamento, e assim teremos mais atenção aos grandes empreendimentos que estão vindo para o estado.

A Sra. Ana Cristina, iniciou a criação da Câmara Técnica de Licenciamento, e pediu que o Conselheiros indicasse os nomes para participar da mesma. Ficou criada a Câmara Técnica com os seguintes componentes: Poder Público / titular SEMA com José Jânio e suplente FAMEM com Lenoilson, Sociedade Civil / titular Gilvan e suplente Fábio Pierre, Setor Privado/ titular Suzano Papel e Celulose com Adriana e suplente Assembleia Legislativa com Ricardo Moysés.

Criada a Câmara Técnica para Assuntos Jurídicos e Internacionais , Ana Cristina continuou falando a respeito de Getons, que podem ser previstos, além do custeio para a sociedade civil, mas para tanto é necessário criar um grupo ou comissão permanente de legislação, onde vamos revisa la. Abriu para votação a criação da Câmara Técnica, que

transporte e como está o andamento do processo de licenciamento, se já foi encaminhado a SEMA e se houve por parte da mesma algum pedido de complementação de dados.

O Sr. João falou que já foi encaminhado e até agora não foi pedido nenhuma complementação de dados, quanto ao transporte, foi feito o estudo sobre as rodovias, por onde irá passar a carga, e a empresa possui uma logística para que o impacto seja o mínimo, com caminhão tipo container, e serão cinco caminhões por hora.

A conselheira Irene perguntou se a Suzano valoriza a produção de mel, na região, visto que esse mel ajuda na geração de renda para a comunidade.

A Sra. Flávia, da Suzano falou que atualmente a empresa não está dentro da cadeia produtiva do mel na região, mas participa do apoio a produção, o que não impede que a empresa venha a se envolver mais.

A conselheira Auridenes, falou que seria interessante, como Conselheiros, que tivessem acesso a ata da audiência pública, e que acha que tem que ser realizadas mais audiências públicas, visto que área é imensa e próximo existem outros municípios que devem ser ouvidos, e o ideal era que houvesse uma audiência pública em cada município.

O Sr. Flávio da Suzano falou que a ata da audiência pública está disponível no site da Suzano e pode ser acessada, em relação as audiências públicas, falou que a empresa realizou uma audiência num município polo da região e fez divulgação nos outros municípios do entorno, inclusive com disponibilização de transporte, para que as pessoas pudessem participar, mas caso seja solicitado a realização de audiência pública nos outros municípios, a empresa vai fazer.

A Conselheira Auridenes falou ainda que não teve acesso ao convite da audiência pública, que soube através do conselheiro Gilvan.

O Sr. Flávio falou que a divulgação foi feita em um prazo até maior do que o exigido legalmente, além dos convites, foi feita divulgação em televisão e rádio, e no município foi veiculado em carro de som e rádio.

A Secretária Executiva. Ana Cristina, falou que foi encaminhado o convite, via e-mail para todos os conselheiros.

O Conselheiro Gilvan pediu que o EIA RIMA fosse disponibilizado.

O Sr. Flávio falou que vai disponibilizar na SEMA, Ministério Público, e sites.

Deu se um intervalo de 10 minutos.

Ana Cristina retomou os trabalhos, com a demanda da criação de uma Câmara Técnica

teria como primeira demanda os GETONS, e ela seria permanente pois seria uma câmara para tratar sobre demais assuntos a respeito da legislação ambiental, onde obteve a maioria dos votos. Em seguida começou a indicação dos nomes para composição: Procuradoria Geral do Estado com Francisco Edilton, um representante da SEMA e um representante da Secretaria Executiva, Professor Policarpo da Universidade Federal. Sra. Edna da Sociedade Civil.

Em seguida foi aberto espaço para manifestação dos conselheiros, a Conselheira Auridenes começou sugerindo a criação de três Câmaras Técnicas que foram citadas na reunião itinerante em Viana/MA. São elas: Câmara Técnica de mineração, Câmara Técnica de educação ambiental e Câmara Técnica de Biodiversidade.

A Câmara Técnica de Educação Ambiental, de caráter permanente, ficou com a seguinte formação: Sociedade Civil: titular Auridenes e Suplente Edna; Setor Privado: Titular Adriana e suplente Ribamar; poder público: SEMA e FAMEM.

A Câmara Técnica de biodiversidade, de caráter permanente, ficou com a seguinte formação: Sociedade Civil: titular Fábio Pierre e suplente Gilvan; Setor Privado: titular Ribamar e suplente Adriana; poder público: SEMA e Assembleia Legislativa.

OBS: a Câmara Técnica de mineração não tinha quorum suficiente para ser criada, visto que cada representante de acordo com o regimento, só pode participar de 2 Câmaras Técnicas. A decisão ficou para a próxima reunião do CONSEMA.

Eu, Ana Cristina Fontoura, Gestora do Fundo Especial de Meio Ambiente - FEMA, Secretária Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

São Luís, 16 de Maio de 2012

Carlos Victor Guterres Mendes
Presidente-CONSEMA

Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura
Secretária Executiva - CONSEMA